

AMBIENTE MANTÉM METAS E PROJETOS DEFINIDOS

Apesar das prioridades à saúde, às empresas e ao emprego, a Secretaria de Ambiente manteve as metas definidas para este primeiro ano de Governo. "Trabalhámos muito", garante Susana Prada antes de enumerar uma dezena de objetivos alcançados. A governante quer agora avançar com a central de biomassa, o reforço de água de rega e instrumentos de gestão territorial. Sobre a estrada das Ginjas, reitera que o GR vai cumprir as recomendações.

Que marca identifica a sua gestão, na área que tutela, neste ano de pandemia?

Neste ano atípico, conseguimos fazer muita coisa. Trabalhámos muito. Tivemos pouco tempo parados. Demos início a alguns projetos do programa de Governo e concluímos outros. Posso enumerar uma lista de dez projetos que foram concretizados já neste primeiro ano de mandato. O POC Porto Santo, por exemplo, está praticamente concluído. Espero levá-lo a Conselho de Governo, para aprovação, ainda este mês de outubro. Teve uma consulta pública muito participada. Temos o reconhecimento do Porto Santo como Reserva da Biosfera, também para ser confirmado nos dias 27 ou 28 de outubro.

Foi aprovado o primeiro projeto LIFE para a área das alterações climáticas para a Região. Idealizámos e está a ser montado, no Paul da Serra, o primeiro percurso pedestre temático. Nenhum dos nossos 33 percursos pedestres tem um tema específico. Este tem e é o 'glaciário'. Tem a ver com um glaciário que existiu no Paul da Serra, deixou vestígios que são muito interessantes.

A conquista da bandeira azul na Banda D'Além em Machico é também um grande orgulho para todos nós. Uma praia que, quando cá chegámos, em 2015, era classificada, quanto à água, de má qualidade. Em 2016, devido às intervenções feitas em conjunto com a Águas e Resíduos da Madeira (ARM) na rede de esgotos, a água passou a aceitável. No verão de 2017, ti-

nha já uma classificação de 'boa', a qual manteve em 2018. Em 2019, ascendeu a 'excelente'. E, em 2020, recebe a bandeira azul, que é o máximo que se pode obter.

Temos também preparada uma candidatura para a construção de uma central de biomassa...

Que é um projeto já antigo e que resulta de uma reivindicação.

Nem sei se era uma reivindicação. Nós não fizemos isto por ser uma reivindicação. Decidimos construir uma central de biomassa pela importância que ela tem na limpeza da floresta e na produção de energia a partir de uma fonte renovável. Temos também a construção do tanque e da conduta ao longo da faixa corta-fogo. No mandato anterior, criámos uma zona tampão para proteção da população do Funchal contra os fogos florestais.

Esta faixa corta-fogo vai desde o Palheiro Ferreiro até ao Terreiro da Luta. Aquilo é uma zona que tem 640 ha de área total. Ao fim de quatro anos após o incêndio, temos 40% dos terrenos intervencionados e demos início, neste mandato, à construção daquilo que é também muito importante: a construção do tanque e a conduta. Ainda falta falar da ativação da central de compostagem na Meia Serra, para transformar um resíduo num recurso: adubo.

Demos início à reconstrução do túnel do Pedregal. Por fim, o aproveitamento de fins múltiplos da água da Ribeira do Seixal. Apesar de achar que não se deve,

DECIDIMOS CONSTRUIR UMA CENTRAL DE BIOMASSA PELA IMPORTÂNCIA QUE ELA TEM NA LIMPEZA DA FLORESTA E NA PRODUÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DE UMA FONTE RENOVÁVEL.

neste momento, investir na captação de mais água, mas sim na recuperação da água perdida, não podíamos ficar parados perante a ineficácia dos municípios não aderentes à ARM e que não estão a intervir, a recuperar e a substituir as suas redes no sentido de diminuir as perdas de água.

Enumerou, com algum detalhe, aquelas que considera as principais medidas tomadas ao longo deste ano. Até ao fim do mandato, que marca quer deixar na Secretaria de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas?

Eu gostaria muito de deixar a faixa corta-fogo praticamente intervencionada. Os terrenos reconvertidos, limpos de plantas invasoras e com plantas adequadas. Queria a faixa corta-fogo encaminhada no sentido de, daí para a frente, deixar crescer a vegetação e controlar as invasoras. Depois de uma primeira intervenção e reflorestação, a limpeza das invasoras é muito mais fácil. Gostaria também de ver diminuídas as perdas nas redes da Madeira, que, neste

momento, a média anda pelos 60 e tal por cento. Gostaria de ver essa redução para os 40 por cento.

Nota-se que grande parte da sua ação tem sido dedicada à floresta. Tem percorrido as montanhas. Tem feito muitas visitas. O que é que muda neste mandato? Há mais novidades além da faixa corta-fogo e das áreas limpas?

A gestão florestal adequada à floresta da Madeira está definida no Plano Regional de Ordenamento Florestal. O nosso trabalho é feito seguindo as diretrizes desse plano. Não há que inventar. Há que fazer um controlo constante e permanente, ao longo de todo o ano, das espécies invasoras. E é isso que temos vindo a fazer. Quando eu vou à serra fazer uma visita é, no fundo, mostrar o controlo das invasoras. Não podemos permitir que elas avancem. É muito complicado exterminá-las. Para não dizer que é quase impossível. Se não as deixarmos progredir e até se conseguirmos que haja uma regressão, já é bastante bom. É tão importante limpar como reflorestar, com a vegetação adequada [que trava as erosões, previne as aluviões, capta água e que deixa a floresta mais resiliente aos fogos]. Se tivémos uma floresta cheia de plantas invasoras, o fogo, quando lá chegar, propaga-se a uma velocidade alucinante. Se tivémos uma floresta com carvalhos, castanheiros ou com as plantas indígenas, aí estamos muito mais protegidos da propagação do fogo.

Com a introdução das Alterações Climáticas na sua Secretaria, o que foi feito?

A partir deste mandato passámos, de facto, a ter a competência da ação climática. Foram identificados os riscos que a Madeira corria num cenário de alterações climáticas. Sabemos que vamos ter maior risco de incêndio, menos água e que o nível do mar vai subir. Além disso, temos o risco de aluvião. No sentido de minimizar todos esses riscos e de nos defendermos da subida do nível médio da água do mar, temos feito a limpeza nas florestas e a reflorestação (que previne os incêndios e prepara para enfrentar uma aluvião). A central da biomassa é outra medida no sentido de minimizar o risco de incêndio. Se cada um de nós, que não tem meios para pagar a limpeza do seu terreno, existindo uma central, a biomassa extraída do



Atenção à ação climática

Embora as prioridades da governação estejam focadas na saúde, nas empresas e no emprego, a secretária com a tutela das Alterações Climáticas não está preocupada com o orçamento. "Está decidido que 40% [do Fundo de Recuperação Europeu] são dedicados a intervenções na área das Alterações Climáticas" diz, confiante, Susana Prada.



Orçamento com mais 25%

A política ambiental, dos recursos humanos e das alterações climáticas espera contar com um reforço da dotação orçamental de cerca de 25%. Susana Prada revela que conta com esse aumento significativo e já sabe onde o vai aplicar: será, essencialmente, em ações para "garantir mais água para os agricultores e na central de biomassa", unidade que vai permitir tratar resíduos florestais.



Oiça a entrevista na íntegra a partir das 13h00 na rádio 88.8

Versão vídeo também está disponível em www.jm-madeira.pt a partir das 13h30



terreno vai ser paga. É um incentivo e, em muitos casos, até acredito que a limpeza fique a custo zero.

Não acha que, apesar de se falar muito em alterações climáticas, isso é um assunto pouco valorizado pelas pessoas?

Andamos aqui, há uns anos, a sensibilizar. O que noto mesmo é que as pessoas tomam consciência quando sofrem na pele. Mas noto também que as pessoas já sentem que as alterações climáticas já são uma realidade. Sentimos mais calor. A temperatura está a subir. Há menos água nas nascentes, o que significa duas coisas: aumento da temperatura e diminuição da precipitação. As pessoas notam que o clima está a mudar e veem, por exemplo, no Porto Santo, que cada temporal que vem a seguir é maior do que o anterior.

Há posições críticas de ambientalistas. Como reage por exemplo às críticas em relação ao caminho das Ginjas?

O Governo é o principal interessado em preservar a Laurissilva e em mantê-la como património da humanidade.

O Governo nunca iria tomar uma medida que pusesse o galardão em causa.

Foi feito um estudo de impacto ambiental perante um projeto que foi apresentado. Há um projeto de pavimentação de um caminho que já existe há algumas décadas. E há um projeto para pavimentar esse caminho. Ora, eu sou de opinião que os valores naturais, culturais devem ter a possibilidade de ser usados. Neste momento, só quem tem um jipe é que pode ir àquela zona. Mas retomando o que eu vinha a dizer, há um estudo de impacto ambiental e todas as sugestões que o estudo fizer vão ser tidas em consideração e o projeto vai ser alterado em função disso. Mais: a UNESCO vai se pronunciar sobre o projeto e o Governo vai seguir, à risca, às orientações dadas.

Como tem sido lidar com o Parlamento agora num Governo de coligação?

Tenho trabalhado muito bem com os dois novos colegas de Governo. Um deles tem uma pasta que era minha e as coisas têm corrido muito bem.

Acha que a política do Mar tem sido bem executada. Era aquilo que faria se mantivesse essa pasta?



Não me pronuncio sobre o trabalho dos meus colegas.

Como está a candidatura das levadas a Património?

Está bem encaminhada. Gostava de deixar aqui claro que uma candidatura a Reserva da Biosfera é mais simples e demora menos tempo do que uma candidatura a Património da Humanidade. O trabalho está a ser coordenado pela dra Susana Fontinha, que é uma pessoa muito capaz e que levou o trabalho da Reserva da Biosfera a bom porto. A coordenação é dela. E o trabalho das levadas está igual-

mente a ser coordenado por ela. A equipa é maior e está a seguir o calendário que foi definido. Está tudo a ser acompanhado pela Comissão Nacional da UNESCO.

Mas não devia estar numa fase mais adiantada?

Achámos que não era necessário adjudicar a candidatura a pessoas de fora. Usámos a prata da casa. As pessoas estiveram primeiro dedicadas à candidatura do Porto Santo e agora estão dedicadas à candidatura das levadas a Património Mundial.

A candidatura do Porto Santo será

GOSTARIA MUITO DE DEIXAR A FAIXA CORTA-FOGO PRATICAMENTE INTERVENCIÓNADA. OS TERRENOS RECONVERTIDOS, LIMPOS DE PLANTAS INVASORAS E COM PLANTAS ADEQUADAS.

no final do mês e, em relação às levadas, já existe um prazo para apresentação de candidatura?

Vamos submeter a candidatura em 2023. Até recebermos a decisão, pode levar até um ano, mas também pode acontecer em menos tempo.

Sente que o projeto 'ARM' continua 'amputado' por não ter chegado a todos os municípios da Região?

A ARM é uma empresa com excelentes técnicos que têm capacidade enorme de montar candidaturas, de ter acesso a financiamentos. Não é por acaso que a ARM tem uma taxa de execução dos seus projetos [quer sejam PO SEUR, quer sejam PRODERAM] elevadíssima. É das mais altas do País. É de mais de 70 por cento, ao contrário da taxa da Câmara Municipal do Funchal, que é de 9 por cento. As outras Câmaras (que não aderiram à ARM) também devem ter muito pouco. A ARM está recetiva a quem quiser entregar a gestão da água e dos resíduos à empresa. Mas não é obrigatório que todos entreguem. O que é obrigatório é que cumpram a sua função. Que apresentem projetos, que diminuam as perdas, que invistam para reduzir perdas. As aceitáveis são as tais 40 por cento.

Mas há Câmaras a acusar que há perdas que não são da sua gestão mas da ARM.

Isso não é verdade. A ARM entrega a água em alta e as perdas dão-se nas tubagens da responsabilidade do município.

Acredita que mais municípios poderão, no futuro próximo, aderir à ARM?

Está nas mãos de cada município fazê-lo.

Ainda recentemente, ouvimos uma crítica do presidente da Câmara Muni-

pal de Câmara de Lobos relativamente à demora das obras da ARM naquele concelho. Esta queixa é de um dos concelhos que integram a ARM.

A ARM é muito célere a elaborar o projeto e lançar a obra. Depois, vem a finalização. E nesse caso nem era uma grande obra. Era uma conduta. Não se esqueça que as obras não são feitas pela ARM. Há uma empresa que é responsável pela execução da obra. O que aconteceu é que a empresa a quem foi adjudicado o trabalho tinha essa obra e mais outras tantas. Com a falta de pessoal que tinha nesse momento, não fechou a estrada no tempo desejável. Mas atenção que não eram os trabalhadores da ARM que estavam a executar a obra. Era o empreiteiro. E foi uma situação pontual.

A pandemia veio retirar atenções a outras áreas da governação. Sente isso na sua Secretaria?

Não. Felizmente, tivemos uma pausa nos projetos relacionados com a construção civil, que estiveram parados três semanas. Tivemos o prédio do Campo da Barca fechado durante uma semana, para descontaminar. Mas as pessoas trabalharam em casa. E o facto é que tenho aqui dez medidas que foram possíveis concretizar neste primeiro ano de mandato. Portanto, foi sempre a abrir.

Teve um orçamento de 77 milhões de euros: mais 22 por cento. Chega ao final do ano cumprindo este orçamento ou algo transita para o próximo ano? E o que pensa sobre aquele que será o seu próximo orçamento? Terá novo acréscimo?

Como já disse, correu bem. Mostrámos muito trabalho. O nosso orçamento está praticamente executado. Quanto ao Orçamento de 2020/21, temos previsto um acréscimo de 25 %, que são, essencialmente, para ser aplicados em mais água para os agricultores e na central de biomassa, tão importante para a limpeza da floresta.

Essa central será para concluir quando?

A preparação para esta candidatura vai ser feita em dezembro. Esperamos ter a aprovação no primeiro trimestre de 2021. A partir daí, vamos avançar com o projeto, encomendar a central, que chegará e será instalada. Este é um projeto para um ano, um ano e meio.

Funchal deve tomar "medidas sérias" para evitar perdas de água

Quando se pergunta à secretária regional do Ambiente se reconhece razão aos agricultores que reclamam da falta de água de rega, a resposta vem de pronto: "Reconheço", atira Susana Prada, admitindo que "as perdas têm vindo a aumentar sucessivamente. "Desde 2014, quem é que mais água perde? É o município do Funchal, que tem mais população. Enquanto o município do Funchal não tomar medidas

sérias, eficazes, para substituir as suas redes, por cada ano que passa, vai perder um milhão de metros cúbicos de água". A secretária recorre aos números para enumerar o que tem sido o aumento do consumo de água no Funchal nos últimos anos: Em 2016, a CMF pediu mais um milhão de metros cúbicos de água a mais. "No ano seguinte, pediu mais um milhão. No ano seguinte, mais um milhão.

Todos os anos, a Câmara Municipal pede mais um milhão de metros cúbicos. Ora, onde vamos buscar esta água?", pergunta.

E responde: "Se o ano hídrico é bom, tudo bem. Se é abaixo da média, é preciso ir buscar à água dos agricultores".

Prada pede intervenções concretas para mitigar as perdas de água, mas nota que só a ARM, nos municípios onde intervém "é que fez interven-

ções. Fomos buscar 73 milhões de euros ao PO SEUR e ao PRODERAM para consertar redes dos municípios aderentes".

De acordo com a secretária regional, cerca de "70% do volume de água perdida está nas mãos dos municípios do Funchal, Santa Cruz, Ponta do Sol e Calheta. Este último com 3%. Mas também está. São eles que têm de fazer projetos e ir buscar fundos e fazer a obra".



JM

SEXTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2020

AMBIENTE PASSA AO LADO DA PANDEMIA

Apesar da pandemia, Susana Prada faz um balanço muito positivo do primeiro ano deste Governo. Identifica uma dezena de objetivos alcançados e anuncia outras metas até ao final do mandato. Está otimista com o orçamento de 2021 e promete um reforço de verbas para a água de rega e a central de biomassa.

SUSANA PRADA SECRETÁRIA REGIONAL DO AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

HÁ CADA VEZ MAIS UMA CULTURA AMBIENTALISTA

A secretária regional não tem dúvidas de que há cada vez mais uma cultura de defesa do ambiente na Madeira. Susana Prada diz que as pessoas estão com mais sensibilidade para essa causa. Dá o exemplo da separação do lixo e dos cuidados no consumo energético. Reconhece, porém, que essa cultura ainda não chegou ao consumo de água.



ORDENAMENTO COM AVANÇOS SIGNIFICATIVOS

Depois de anos com promessas adiadas, há novas metas para alguns instrumentos de gestão do território. A governante adianta que o Plano de Orla Costeira do Porto Santo está concluído e foi muito participado. Já o da Madeira motivou uma reunião em setembro, vai este mês a Conselho de Governo e dentro de ano e meio estará pronto para consulta pública.

ENTREVISTA

Ambiente manteve metas

Apesar da pandemia, as políticas definidas para o primeiro ano de Governo foram alcançadas, garante Susana Prada. A secretária adverte os municípios para as perdas de água e garante que o caminho das Ginjas será pavimentado de acordo com a UNESCO. Destacável

